

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.523 - SP (2018/0040624-8)

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
PROCURADORE : SANDRA MAYUMI HOSAKA SHIBUYA - SP113559  
S

LIVIA FORMOSO DELSIN - SP286626  
AGRAVADO : CONSTRUTORA LAUSANE LADY EIRELI - ME  
ADVOGADO : JULIANA MARANGON CORRÊA - SP097694  
INTERES. : ASSOCIACAO PRO MORADIA PARQUE DA CANTAREIRA

### DECISÃO

Municipalidade de São Paulo propôs ação civil pública contra a Associação Pró-Moradia Parque da Cantareira e a sociedade empresária Construtora Lauzane Lady Ltda., em razão de loteamento clandestino em área de preservação permanente, objetivando a condenação solidária dos réus no desfazimento do loteamento irregular e no pagamento de indenização aos adquirentes dos lotes pelas perdas e danos sofridos, sob pena de multa diária em caso de descumprimento das obrigações impostas.

O juízo monocrático reconheceu a conexão com outra ação civil, ajuizada pelo Ministério Público do Estado, contra as mesmas rés e com mesmo objeto, julgando parcialmente procedentes as demandas (fls. 1.346-1.354).

O Tribunal de Justiça Estadual anulou a referida decisão monocrática, entendendo necessária a citação dos adquirentes dos lotes (litisconsortes passivos), e julgou prejudicado os recursos de apelação da municipalidade e da sociedade empresária ré, nos termos da seguinte ementa (fl. 1.532):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Loteamento irregular. Imóvel localizado em área de preservação permanente. Pedido de desfazimento do loteamento e restituição da gleba ao estado anterior. Falta de citação dos adquirentes. Nulidade configurada. Há litisconsórcio passivo necessário quando a sentença proferida em ações difusas atinge diretamente a esfera individual. Precedentes do C. STJ. Anulação do feito ex officio, com determinação. Recursos prejudicados.

Opostos embargos de declaração pelo *Parquet* Estadual e a municipalidade, foram ambos rejeitados (fls. 1.554-1.560).

Ministério Público Estadual interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, alegando contrariedade ao art. 47 do CPC de 1973, visto que, em suma, a propositura da ação civil pública teve como escopo a

# Superior Tribunal de Justiça

responsabilização do loteador e do Município por dano ambiental e urbanístico, não se confundindo com os interesses dos adquirentes dos terrenos, não havendo motivos para integrá-los no polo passivo da ação.

Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgado desta Corte relacionado à questão.

Município de São Paulo também interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, no qual aponta violação do art. 535 do CPC de 1973, porquanto, em síntese, ficou-se em silêncio o Tribunal *a quo* da análise do conteúdo do art. 472 do CPC/73, dispositivo esse suscitado nos aclaratórios.

Alega, também, violação dos arts. 47 e 472 do CPC de 1973, e do art. 103, III, da Lei n. 8.078/1990, porquanto, em apertada síntese, sobre os direitos dos adquirentes dos lotes não incidem os efeitos da coisa julgada, tendo em vista serem terceiros na demanda, restando evidente a desnecessidade de chamamento deles para comporem o polo passivo da lide.

Ofertadas contrarrazões às fls. 1.601-1.608, os recursos especiais foram inadmitidos pelo Tribunal *a quo* (fls. 1.645 e 1.693), tendo sido interpostos os presentes agravos.

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pelo provimento dos recursos especiais (fls. 1.742-1.749).

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes impugnaram a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame dos recursos especiais.

Constatada a similaridade das razões e fundamentações apresentadas pelos recorrentes, os recursos especiais serão analisados de forma conjunta no que forem idênticos os argumentos.

Em relação à alegada negativa de vigência ao art. 535 do CPC/73, sem razão a municipalidade recorrente a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo

# Superior Tribunal de Justiça

magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/73, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1616801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o

# Superior Tribunal de Justiça

que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1592075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

No que trata da alegação de violação dos arts. 47 e 472 do CPC/1973, e do art. 103, III, da Lei n. 8.078/90, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 1.534-1.534):

[...]

Infelizmente, o processo, iniciado em 1998 e que trata de degradação ambiental em área de preservação, que integra o Sistema Cantareira, deve ser anulado *ab initio*.

Constava do pedido formulado pelo Município de São Paulo a condenação das rés a restaurar o estado primitivo do imóvel, além de restituir os valores que foram pagos pelos adquirentes dos lotes, indenizando os prejuízos.

A procedência do pedido, portanto, atingiria diretamente a esfera dos direitos individuais de cada um daqueles que adquiriu frações do terreno descrito na inicial.

Não obstante ser perfeitamente possível a identificação de cada um dos adquirentes, não só por conta dos documentos mencionados, não se procedeu à citação de nenhum deles.

O caso é de litisconsórcio passivo necessário, dada a natureza da relação jurídica ora analisada, nos termos do art. 47 do CPC.

A Constituição de 1988, em seu art. 5º, LIV, garante que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Por óbvio que não poderiam os compromissários simplesmente se verem despojados de suas casas sem nem mesmo integrarem o polo passivo da demanda. Tampouco poderia o autor promover, por si só, a retirada forçada dos moradores e a demolição das construções, violando o direito de propriedade.

Já decidiu o C. STJ, também em sede de ação civil pública que analisava loteamento com parcelamento irregular, que “o regime da coisa julgada nas ações difusas não dispensa a formação do litisconsórcio necessário quando o capítulo da decisão atinge diretamente a esfera individual”. No mesmo sentido:

[...]

Nesse sentido, tendo o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluído pela necessidade de chamamento ao processo de todos os adquirentes dos lotes, porquanto, por certo, terão violados o direito de propriedade, para se deduzir de modo diverso, na forma pretendida nos apelos nobres, seria necessário reexaminar o mesmo acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, ante a incidência do óbice da Súmula n. 7/STJ, que assim dispõe: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso

especial”.

A esse respeito, os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PEDIDO ALTERNATIVO DE RESCISÃO CONTRATUAL. COMPRA E VENDA DE TERRENO. LOTEAMENTO IRREGULAR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Violação do artigo 1.022 do CPC/2015 não configurada.
2. A revisão das conclusões estaduais - acerca da legitimidade passiva das ora recorrentes e da solidariedade entre elas e a Associação dos Moradores da Vila Dois Irmãos, em razão do loteamento irregular - demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências inviáveis na via estreita do recurso especial, ante os óbices dispostos nas Súmulas 5 e 7/STJ.
3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
4. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp 1151854/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 06/03/2018).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. SÚMULA 83/STJ.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.
3. Não há contradição em afastar a alegada violação do art. 535 do CPC e, ao mesmo tempo, não conhecer do mérito da demanda por ausência de prequestionamento, desde que o acórdão recorrido esteja adequadamente fundamentado.
4. As instâncias ordinárias decidiram pela desnecessidade da formação do litisconsórcio necessário sob o fundamento de que compete ao Município a promoção do parcelamento do solo urbano. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.
5. Quanto à prescrição vintenária da ação de indenização por desapropriação indireta, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ. Incidência da Súmula 83/STJ.
6. Recurso Especial não provido. REsp 1249856/SE, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 01/04/2014, DJe 15/04/2014).

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE DESCARTE OCEÂNICO NA BAÍA DE GUANABARA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O Tribunal de origem, com fundamento no acervo fático-probatório dos autos, concluiu pela ocorrência de litisconsórcio de natureza facultativa entre a parte agravante e as empresas licenciadas. Incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ (AgRg no Ag 1.385.453/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/04/2012; AgRg nos EDcl no Ag 1.156.486/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/04/2011).

II. Na forma da jurisprudência, tendo o Tribunal a quo decidido "pela desnecessidade da formação do litisconsórcio necessário sob o fundamento de que compete ao Município a promoção do parcelamento do solo urbano, (...) modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ" (STJ, REsp 1.249.856/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2014).

III. Agravo Regimental improvido. AgRg no AREsp 712580/RJ, Relator Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 03/03/2016, DJe 16/03/2016).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, conheço dos agravos para conhecer parcialmente dos recursos especiais e, nesta parte, negar-lhes provimento, mantendo a decisão que determinou o retorno dos autos à primeira instância.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator